



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

APRECIACÃO PARLAMENTAR N.º 41/IX

DECRETO-LEI N.º 301/2002, DE 11 DE DEZEMBRO, QUE TRANSFORMA O CENTRO HOSPITALAR DO MÉDIO TEJO EM SOCIEDADE ANÓNIMA DE CAPITAIS EXCLUSIVAMENTE PÚBLICOS)

Na sequência das recentes alterações legislativas na área da gestão hospitalar, o Governo vem agora concretizar a transformação em sociedades anónimas de mais de três dezenas de hospitais públicos.

Nesta ofensiva contra o Serviço Nacional de Saúde e a gestão hospitalar pública o Governo invoca argumentos como a necessidade de separar as funções financiadora e prestadora do Estado, a falência do modelo actual do SNS, ou a necessidade de flexibilização da gestão.

Na verdade, há problemas de funcionamento e gestão nos hospitais públicos. Eles são, no fundamental, resultantes dos constrangimentos impostos por sucessivos governos. Contudo, é na gestão pública que as soluções devem ser encontradas e não num caminho de privatização de serviços, desresponsabilização do Estado e precarização dos vínculos laborais dos trabalhadores da saúde.

Mas foi este o caminho escolhido pelo Governo. A legislação agora proposta implica a entrada de privados nos hospitais em causa, seja na possibilidade de desenvolverem a sua actividade nas infra-estruturas públicas, seja pela entrega à exploração privada de serviços hospitalares, mesmo de prestação directa de cuidados. Aliás, a má consciência do



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Governo nesta matéria revela-se no preâmbulo do diploma onde se afirma que a «empresarialização» proposta não é uma forma de privatização.

O Decreto-Lei em análise avança igualmente no enfraquecimento do vínculo laboral dos trabalhadores da saúde, sujeitando-se ao regime regra do contrato individual de trabalho, com conseqüente prejuízo para as carreiras profissionais.

O Decreto-Lei em análise é igualmente uma operação para esconder e desorçamentar as dívidas dos hospitais, que consumirão parte do capital social inicialmente definido.

Trata-se de um modelo fortemente prejudicial para o Serviço Nacional de Saúde, para a sua articulação e bom funcionamento e, por conseqüência, para o direito à saúde de todos os portugueses.

Nestes termos, ao abrigo do disposto na alínea c) do artigo 162.º e do artigo 169.º da Constituição da República Portuguesa e ainda do artigo 201.º do Regimento da Assembleia da República, os Deputados abaixo assinados, do Grupo Parlamentar do PCP, vêm requerer a apreciação parlamentar do Decreto-Lei n.º 301/2002, de 11 de Dezembro, que «transforma o Centro Hospitalar do Médio Tejo em sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos».

Assembleia da República, 18 de Dezembro de 2002. — Os Deputados do PCP: *Bernardino Soares — Lino de Carvalho — Jerónimo de Sousa — Carlos Carolhas — Honório Novo — António Filipe — Bruno Dias — Odete Santos — Luísa Mesquita — Rodeia Machado.*